



## **Deus ou Bolsonaro acima de tudo? Pentecostais e neopentecostais nas manifestações antidemocráticas de 2022**

*God or Bolsonaro above all? Pentecostals and neopentecostals in the 2022 anti-democratic demonstrations*

**Raimundo Sérgio Farias Júnior<sup>139</sup>**  
*Universidade do Estado do Pará*

**Resumo:** Esse artigo analisa o conteúdo e o fundamento dos argumentos dos manifestantes pós-período eleitoral de 2022, particularmente dos indivíduos que se orientam pelas teologias pentecostal ou neopentecostal. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Assim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, complementada por uma empírica e executada durante os atos antidemocráticos ocorridos logo após a derrota do então presidente Jair Bolsonaro, com indivíduos que participavam dessas manifestações. Para coleta de dados, empregamos um questionário fechado e posteriormente uma entrevista semiestruturada. A pesquisa ocorreu em Belém (PA). Os resultados sinalizam que há uma clara contradição e incoerência apresentada nos argumentos dos participantes das manifestações antidemocráticas, indicando uma confusão de desinformações e aparentando habitar uma realidade social que não corresponde aos fatos concretamente vivenciados.

**Palavras-chave:** Religião e política. Manifestações antidemocráticas. Pentecostais. Neopentecostais.

**Abstract:** This article analyzes the content and foundation of the arguments of the demonstrators after the 2022 election period, particularly those who are guided by Pentecostal or Neo-Pentecostal theologies. This is a qualitative research. Thus, a bibliographical research was carried out, complemented by an empirical one and carried out during the anti-democratic acts that occurred shortly after the defeat of the then presidente Jair Bolsonaro with individuals who participated in these manifestations. For data collection we used a closed questionnaire and later a semi-structured interview. The research took place in Belém (PA). The results indicate that there is a

---

<sup>139</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Educação pela UFPA, Doutor em Educação pela UFPA e Pós-Doutorado pela PUC/SP. Professor Adjunto III da Universidade do Estado do Pará, vinculado ao Grupo de Pesquisa LELIT/CNPQ (Linguística, Educação e Literatura), atuando nos cursos de graduação e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (PPGCR /UEPA), vinculado a linha de pesquisa Religião e Sociedades que estuda a Ciência da Religião aplicada, Religião e espaço público, política, ética, temas associados à diversidade, respeito e tolerância; diálogo interreligioso; educação e religião; Religião, Cultura e Política; política, religião e a educação no cenário amazônico e acadêmico-global. Líder do Grupo de Pesquisa Marxismo, Religião, política e educação no contexto amazônico.

clear contradiction and inconsistency presented in the arguments of the participants of the anti-democratic manifestations, indicating a confusion of misinformation and appearing to inhabit a social reality that does not correspond to the concretely experienced facts.

**Keywords:** Religion and politics. Anti-democratic manifestations. Pentecostals. Neo-Pentecostal.

## Introdução

Desde o processo que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, vivenciamos uma conjuntura de intensificação da polarização eleitoral e política no Brasil. Assim, em concordância com Moritz; Rita (2020, p. 220) entendo que “O *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 é um processo que deve ser analisado a partir de múltiplas variáveis e contou com a participação de diversos atores políticos, entre eles, o Judiciário, o Parlamento e a Mídia”.

Como analisam Mortiz; Rita (2020, p. 206) foi um “golpe anunciado”, o desfecho de um processo político que se acirraram nas disputas eleitorais de 2010 e de 2014 vencidas por Dilma, (candidata indicada por Lula). Registro, porém, que desde 1988, na primeira eleição direta após a ditadura militar de 1964, os pleitos eleitorais no Brasil sempre foram polarizados. Nas eleições presidenciais de 2018, as tensões políticas se concentravam novamente nos polos representados por dois candidatos. E a vitória de Bolsonaro sobre Fernando Hadad não encerrou as tensões. Pelo contrário, a polarização política ficou ainda mais exacerbada, devido à colossal diferença de pontos de vistas identificados em ambos.

No pleito eleitoral de 2022, todas essas questões se tencionaram ainda mais. E pela primeira vez, o candidato a uma reeleição presidencial (Bolsonaro) acabou derrotado no segundo turno de forma muito apertada. O revés eleitoral resultou na inconformidade de certos grupos sociais que resolveram manifestar seus posicionamentos pedindo intervenção militar. Uma parte expressiva dos manifestantes era vinculada a igrejas cristãs.

Para Almeida (2020) há uma onda conservadora internacional tendo algumas religiões como protagonistas, sobretudo, parte significativa dos evangélicos que, em sua maioria, vem se posicionando à direita no cenário político nacional. Desse modo, o êxito eleitoral de Bolsonaro em 2018 não foi resultado apenas do apoio majoritário do eleitorado evangélico. Para Oliveira (2020), se por um lado Bolsonaro teve a adesão de 69% dos evangélicos (aproximadamente 21 milhões de votos), o voto católico, por sua vez, no aspecto quantitativo, foi mais expressivo (30 milhões de eleitores). Porém, o ex-presidente sempre teve um robusto apoio por parte do eleitorado pentecostal e neopentecostal e da adesão das principais lideranças evangélicas do país.

Essa pesquisa nasceu no seio dessa complexa tessitura da conjuntura brasileira e teve como objetivo analisar o conteúdo e o fundamento dos argumentos das manifestantes pós-período eleitoral de 2022, particularmente dos indivíduos que professam doutrina religiosa de inspiração pentecostal ou neopentecostal. Apresento um estudo bibliográfico sobre a referida temática e a complemento com uma pesquisa empírica realizada na tensidade dos atos antidemocráticos que se espelharam pelo país naquele contexto.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa tendo por base as premissas do materialismo histórico-dialético e foi realizado mediante estudo bibliográfico e complementado por uma pesquisa empírica que teve como problema: como se caracterizam os fundamentos dos manifestantes de orientação pentecostal ou neopentecostal durante os atos antidemocráticos ocorridos após a derrota de Bolsonaro em 2022? A pesquisa empírica foi efetivada durante os atos antidemocráticos advindos em todo país logo após a derrota do ex-presidente Bolsonaro, em 2022, com indivíduos que participavam ativamente dessas manifestações. O *lócus* da pesquisa se deu na cidade de Belém, em particular no ato ocorrido em frente o 2º BIS, na movimentada avenida Almirante Barroso, onde aparentemente a concentração de manifestantes era a maior na cidade supracitada.

Estive no *lócus* da pesquisa para inicialmente identificar manifestantes que se declarassem pertencentes à alguma congregação religiosa, em especial de orientação pentecostal ou neopentecostal. Um levantamento geral me permitiu ter um universo de 23 indivíduos. Depois estabeleci os seguintes critérios tendo em vista ter uma amostra de 10 sujeitos para participarem do momento da entrevista: a) participar ativamente há, pelo menos, 5 anos de alguma congregação religiosa; b) participar ativamente desde o começo das manifestações e c) ter votado nas duas últimas eleições (2018 e 2022) no ex-presidente Jair Bolsonaro.

Feita a seleção dos entrevistados, primeiramente empreguei um questionário fechado com o propósito de coletar informações objetivas sobre os manifestantes. Posteriormente, realizei com esses uma entrevista semiestruturada, mas com a condição que ela ocorreria fora do ambiente das manifestações e no local que elas entendessem ser mais confortáveis para elas e também assumi o compromisso de manter o sigilo das informações repassadas a mim.

A coleta das informações se deu mediante o emprego de uma entrevista semiestruturada, pois meu interesse residia em compreender como esses indivíduos formulam, justificam e entendem os fundamentos dos argumentos utilizados para pedir golpe ou intervenção militar após a derrota eleitoral do até então presidente Bolsonaro. A escolha dessa técnica de coleta de dados se deu pela possibilidade de permitir conjugar a relação pesquisador/entrevistador e a manifestação espontânea dos sujeitos partícipes da entrevista.

Posteriormente, se deu a fase de elaboração do roteiro da entrevista com o cuidado de garantir a construção de um instrumento que garantisse a validação dos dados coletados e com a preocupação de manter a objetividade *social* prevista na dialética marxista, onde duas premissas são importantes: 1) O social precisa ser revelado na objetividade; mas isto não é suficiente e 2) a forma que esse social assume também é socialmente determinada. Essas questões, de ordem teóricas-metodológicas, são importantes de serem informadas em razão do tenso e conturbado momento político que ainda estamos vivenciando. Após a realização das entrevistas, efetuou-se a fase do exame dos dados coletados. Para isso, adotei as orientações da análise de conteúdo tal como orienta Bardin (1994).

E no que concerne à validação do estudo aqui realizado, adotei a concepção transformacional – uma vez que, nessa perspectiva, “[...] os significados são

construções sociais e as diversas perspectivas de um tópico rendem sentidos múltiplos” (Oliveira; Piccinini, 2009, p. 91).

### **1. O interesse religioso pela política**

Adorno (2020), especialmente por ter vivenciado o nazismo de Hitler na Alemanha, procurou elaborar reflexões críticas sobre o autoritarismo, percebida por ele como uma tendência imanente ao desenvolvimento capitalista. Adorno (2020), ao analisar os aspectos do novo radicalismo de direita no contexto da sociedade alemã dos anos de 1960, percebeu que, apesar da catástrofe que foi a experiência nazista, os simpatizantes e apoiadores do fascismo e seus sucessores conseguiram se manter ativos e espalhados por todas as camadas da população (Adorno, 2020). Adorno (2020, p. 45-6) também destaca que

[...] os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política. [...] Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, transferem a culpa de sua própria perda de posição social potencial não ao sistema que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente a este sistema no qual outrora eles possuíam status.

Adorno (2020), em sua crítica ao novo radicalismo de direita, percebera acertadamente que o colapso do nazismo na Alemanha não significava a derrota de seus fundamentos cuja frequência se expressam em já conhecidas formas políticas autoritárias no seio da sociabilidade capitalista.

Ressalto que o modo de produção vigente sempre apresenta uma verve autoritária cuja disseminação também está condicionada a determinadas condições objetivas e subjetivas que formam o substrato de um ambiente cultural, político e psicológico propício à proliferação de posições sociais autoritárias.

Adorno (2019) já indicava a existência de uma sedução fascista em democracias e ressalta que, em determinadas condições objetivas e subjetivas, colocaram o fascismo como uma tendência imanente nas décadas de recuperação do regime de acumulação ou na época de ouro do capitalismo.

Barros; Torres; Pereira (2009) conseguiram identificar uma íntima relação entre o autoritarismo e a adesão a sistemas de valores e citam como exemplo uma pesquisa efetivada com estudantes universitários de Goiânia (GO), revelando que “[...] os valores religiosos estão relacionados à diminuição da tolerância, enquanto a adesão aos valores hedonistas está relacionada ao aumento da tolerância e à diminuição do autoritarismo” (p. 47).

Habermas (2007), analisando a sociedade estadunidense, atestou que desde os anos 2000 vem ocorrendo “revitalização política da religião”, o que implicou na ruína da ideia iluminista de que a secularização privatizaria a religião, excluindo-a da esfera pública (Habermas, 2007).

De acordo com Cunha (2020) nas últimas décadas, grupos religiosos e não religiosos estão mais presentes no espaço público, apostando em posições fundamentalistas, que se colocam como reativas e reacionárias às mudanças sociais e

à qualquer pauta de cunho moral no qual estão sedimentadas determinadas crenças religiosas de caráter reacionárias.

Inicialmente, o termo fundamentalista, cunhado na década de 1920 pelo editor ligado a Igreja Batista, Curtis Lee Laws, expressava a união celebrada entre protestantes e conservadores ativistas e representava o afastamento das posições teológicas liberais, sociais e científicas (advindas desde o renascimento e o iluminismo) e a defesa dos fundamentos da fé cristã em moldes conservadores.

Cunha (2020) entende que o fundamentalismo religioso se torna um fenômeno social que extrapola o campo religioso e assume um caráter político, econômico, ambiental e cultural o qual exprime suas ações em certos “fundamentos” utilizados

[...] para persuadir a sociedade, a fim de estabelecer fronteiras e lutar contra “inimigos”, o que frequentemente resulta em um movimento polarizador e separatista, que nega o diálogo, a democracia e estabelece um pensamento único que visa direcionar as ações no espaço público (Cunha, 2020, p. 04).

Rodrigues e Fuks (2015), ao analisarem particularmente o voto evangélico no Brasil identificaram alguns fatores que estão relacionados à crescente influência política dos grupos evangélicos sobre seus fiéis e, assim, perceberam a conexão existente entre o pertencimento religioso e a escolha eleitoral.

Já Ferreira e Fuks (2021), investigando o voto evangélico em Bolsonaro em 2018 e procurando estabelecer vinculações com o hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral, perceberam que as igrejas de orientação evangélica possuem um forte poder de influenciar eleitoralmente seus fiéis em sintonia com suas premissas doutrinárias. Porém, resguardadas as contradições dialéticas que possam envolver essa sintonia – a qual, corriqueiramente, foge do tom – nem todo evangélico de orientação pentecostal ou neopentecostal adota o comportamento de manada.

No tocante a essa questão, determinados grupos evangélicos, especialmente os orientados pela teologia da prosperidade, vêm conseguindo notável êxito no lançamento de seus representantes nos parlamentos municipais, estaduais e federais. E isso nos permite reconhecer que o poder de persuasão de determinadas lideranças religiosas revela o mastodôntico poder que essas igrejas adquiriram recentemente, o que lhes permite manter sob subserviência verdadeiros celeiros eleitorais. Para Novaes (2001, p. 91):

As igrejas evangélicas têm alto índice de frequência e são vistas como celeiros de eleitores congregados. E, de fato, se olharmos em nossa volta, veremos que não há outra instituição que reúna tantas vezes as mesmas pessoas durante a semana. Assim sendo, é preciso reconhecer que os espaços de agregação de evangélicos fazem, hoje, diferença no jogo eleitoral.

Desse modo, concordo com Novaes (2001), uma vez que, embora distintos, religião (*locus* do simbólico, da ordem da vida privada) e política (*locus* da razão, da

ordem pública) possuem fronteiras entre elas que não são estanques e impermeáveis. Muito pelo contrário: é necessário compreender as instituições religiosas no seio das disputas históricas que constituem o campo político (Novaes, 2001).

Se antes dos anos de 1990 a presença social e política dos evangélicos pentecostais e neopentecostais era tímida, nas décadas seguintes a participação deles foi aumentando de forma exponencial. Freston (1994) assinala três momentos referentes a esse processo. O primeiro que compreende os anos 1910-50, período em que 80% da população brasileira morava no campo e cuja expansão se deu a partir das regiões Norte (com proeminência da participação da igreja da Assembleia de Deus) e Nordeste (por meio da Congregação Cristã do Brasil).

No segundo momento, que ocorreu entre as décadas de 1950-70, São Paulo foi o estado que registrou o maior crescimento – provavelmente por conta do processo de urbanização e a formação de uma sociedade de massas, confirmada com a presença das denominações Igreja Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é Amor. O terceiro momento começa no final dos anos 70, especialmente no Rio de Janeiro, já nos últimos suspiros do regime militar iniciado em 1964, com destaque para a participação da Igreja Universal do Reino de Deus e a Igreja Internacional da Graça de Deus.

Machado; Burity (2014), investigando a percepção de líderes religiosos sobre a ascensão política dos pentecostais no Brasil, entendem ainda que existam concepções diferenciadas, que prepondera entre eles uma visão minimalista da participação política, bem como a compreensão que o segmento religioso tem que se fazer presente nas instâncias de poder com o propósito de terem maior influência no ordenamento da sociedade. Assim:

[...] para os pentecostais, a participação no Poder Legislativo é interpretada a partir de dois vetores principais: a) como forma de sobrevivência em uma ordem social em que as relações entre o Estado e os grupos religiosos sempre foram muito assimétricas e onde a agenda política dos movimentos feministas e pela diversidade sexual vem se impondo e orientando as políticas públicas no campo da educação, da saúde e das relações familiares; b) como forma de construção (minoritária) de uma agência coletiva com pretensões de reconhecimento e influência (Machado; Burity, 2014, p. 602).

Na sequência dessa interpretação de Machado; Burity (2014) e em concordância com eles, entendo que não é nada despreziosa o crescimento da participação de lideranças pentecostais e neopentecostais na política. Machado; Burity (2014, p. 623) entendem que essas denominações religiosas se envolvem com a política eleitoral “[...] como um meio de defender o planeta contra as pressões secularistas (religião pública), mas também fazê-lo de maneira que apontam para uma forma hegemônica da política” (Machado; Burity, 2014, p. 623). Numa sociedade marcada por tensões classistas e sociais, a participação dessas lideranças tem um lado; e levando em conta o conjunto de pautas que defendem nos diversos parlamentos não é o daqueles que historicamente sofrem com diversas formas de opressões.

## **2. Religião e política nas manifestações antidemocráticas**

## 2.1. Preambulo

A realização da pesquisa empírica apresentou inúmeras dificuldades, dado o contexto em que se realizou, ainda durante a efervescência da insatisfação com a derrota do candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro. A primeira dificuldade se deu em identificar *in locus* os sujeitos da investigação pretendida.

Estive presente em dois momentos em frente ao quartel onde ocorreu a maior manifestação antidemocrática em Belém. Ao me aproximar dos manifestantes, procurei observar potenciais participantes da entrevista semiestruturada e posteriormente, conforme já assinalado, dispor de um campo amostral de 10 indivíduos, sem empregar nenhum outro critério além dos já mencionados.

Os 10 sujeitos selecionados se identificam da seguinte forma: a) 10 (dez) se colocam como héteros e nenhum informou outro tipo de orientação sexual; b) 7 (sete) informaram serem homens e 3 (três) mulheres; c) 4 (quatro) pertencentes à Igreja Universal do Reino de Deus, 4 (quatro) à Igreja evangélica Assembleia de Deus, 1 (um) à Igreja do Evangelho quadrangular e 1 (um) à Congregação Cristã.

Conforme assinalado anteriormente, identifiquei a presença de outras denominações evangélicas (embora nenhuma ligada associada às evangélicas históricas - que são ramificações do protestantismo exemplificadas, por exemplo, nas igrejas Luteranas e Calvinistas/Anglicana - como as igrejas Batista, Metodista e Presbiteriana) e mesmo católicas. Mas o recorte amostral já estava definido.

## 2.2. Resumido Perfil socioeconômico e político

Por meio de um breve questionário, empregado com o propósito de obter informações objetivas dos participantes da pesquisa empírica, tracei um breve perfil socioeconômico e político dos informantes.

Quadro 01: perfil socioeconômico

<b>Entrevistado</b>	<b>Renda mensal familiar</b>	<b>Posição política</b>
Entrevistado 01	Um salário mínimo	Direita
Entrevistado 02	Um salário mínimo	Direita
Entrevistado 03	Um salário mínimo	Direita
Entrevistado 04	Um salário mínimo	Direita
Entrevistado 05	Três salários mínimo	Direita
Entrevistado 06	Três salários mínimo	Extrema direita
Entrevistado 07	Dois salários mínimos	Extrema direita
Entrevistado 08	Dois salários mínimos	Direita
Entrevistado 09	Um salário mínimo	Direita
Entrevistado 10	Dois salários mínimo	Direita

Fonte: o próprio autor

Verifica-se que a renda dos entrevistados os coloca numa modesta condição salarial, considerando o custo da cesta básica, a inflação e demais gastos para a manutenção da existência. A maioria (oito) se autointitulou de direita e dois de extrema direita e confessaram que em nenhuma hipótese votariam em candidatos que eles considerem alinhados politicamente à esquerda.

No aspecto educacional, destaco que a maioria (quatro) informaram que possuem nível superior e que foram concluídos em instituições educacionais da rede privada. Três informaram que concluíram o ensino médio na rede pública, dois o ensino fundamental (também na rede pública) e um tem apenas o fundamental incompleto.

No que tange à casa própria, apenas dois informaram possuir e o restante ainda não residem em domicílios de suas propriedades; dentre os quais, três moram de aluguel e cinco residem na casa de algum familiar. Os dez entrevistados informaram que não moram próximo de onde ocorriam os atos antidemocráticos. Dois moram no bairro do Guamá, um na Terra Firme, um na Sacramenta, um na Cremação, um em Canudos, um na Guanabara, um na Cidade Nova (Ananindeua), um em Marituba, um em Castanhal e um em Mosqueiro (distrito de Belém).

No que concerne à ocupação empregatícia dos manifestantes participantes da pesquisa de campo, nenhum dos entrevistados disse possuir emprego de Carteira Assinada. Consideram-se como autônomos (cinco), microempresários (dois) e três desempregados. A seguir apresento a análise os dados coletados com o propósito de identificar e investigar o conteúdo e o fundamento dos argumentos das manifestantes pós-período eleitoral de 2022.

## **2.3 Análise de dados**

### **2.3.1 A escolha das categorias analíticas**

Após a recolha do material, mediante a aplicação da entrevista semiestruturada, nas sendas do que orienta a análise de conteúdo (Bardin, 1994) efetivei uma leitura flutuante cujo propósito era o identificar as categorias analíticas e nesse processo de identificação utilizar como base os critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Adotando esses procedimentos elegi duas categorias: a) ameaça comunista e b) aversão a diversidade sexual (ideologia de gênero)

#### **a) Ameaça comunista**

Um ponto muito presente nos depoimentos coletados é concernente ao medo de uma suposta ameaça comunista que a vitória de Lula representaria no pleito eleitoral de 2022. É oportuno lembrar, conforme Peixoto (2018), no seio da crítica ao idealismo alemão, particularmente entre os hegelianos de esquerda (ou radicais) se desenvolvia uma crítica à religião. Marx e Engels, para além do racionalismo especulativo presente na crítica dos novos hegelianos, estabelecem as linhas teóricas visando a superação da dialética idealista pela dialética materialista ou da crítica da religião à crítica da prática (Peixoto, 2018). Além do mais, no Manifesto, Marx e Engels (1998) já advertiam que o espectro do comunismo rondaria a velha Europa e todas as potências (capitalistas) se uniram numa campanha difamatória contra ele, inclusive o Papa e o Czar. Ora, o ponto de vista Marx e Engels é radicalmente contrário a exploração do trabalho efetuado pelo modo de produção capitalista, além de proporem sua superação por meio de um processo revolucionário. E esse novo projeto societal certamente amedrontaria os grupos dominantes economicamente. No entanto, é um temor que se expande por outros extratos sociais que, a priori, deveria ser o contrário, pois também são oprimidos e explorados pela atual engrenagem societal.

É preciso lembrar que uma das pautas da trajetória política do candidato derrotado no pleito eleitoral à presidente em 2022, Jair Bolsonaro, era o combate ao comunismo e a seus expoentes (Lacerda, 2020). Acrescenta-se nesse limbo demais partidos de esquerda (como PT, PSOL). Mas vejamos os depoimentos:

Estou aqui pra combater a ameaça comunista. Eles querem destruir a família, a liberdade, acabar com a propriedade e colocar uma ditadura (Entrevistado 02, 2022).

Estamos aqui pra livrar o Brasil do comunismo. Salvar nossa pátria deles que querem acabar com nossos valores tradicionais (Entrevistado 03, 2022).

O comunismo não vai acabar com nosso Brasil. Deus está conosco nessa luta (Entrevistado 05, 2022).

Eles representam o comunismo. Eles são o fim da família. A destruição dos valores morais (Entrevistado 07, 2022).

Vamos livrar o Brasil do comunismo e ditadura deles (Entrevistado 10, 2022).

Lacerda (2022), investigando as conexões do apoio evangélico ao regime militar brasileiro de 1964 e o apoio da direita cristã ao governo Bolsonaro, identifica a retórica anticomunista como o traço de continuidade entre ambos nesses dois diferentes momentos históricos de nosso país. Ou seja, não é de hoje o medo de uma suposta ameaça comunista por parte dos pentecostais e neopentecostais brasileiros.

Mas como se explica esse medo? Certamente, não encontraremos na literatura política, que trata de temas sociais, uma análise coerente e racional que explique e justifique esse temor. Até porque capitalismo e comunismo são modos de produção. Enquanto em relação ao capitalismo, dispomos de uma experiência sensível de sua organização. Já em relação ao comunismo, temos apenas questões no plano teórico e algumas experiências revolucionárias (como na Rússia, em 1917), mas nada que representasse algo próximo de uma sociedade que abolisse a raiz da exploração, a propriedade privada, bem como o desaparecimento do estado e das classes sociais antagonicas.

Assim, nem mesmo as experiências revolucionárias do século passado, que tiveram como orientação política o pensamento de Marx, vivenciaram uma organização societal com base no comunismo. Então, uma ameaça comunista é tão falsa quanto a crença no terraplanismo. Indagados sobre essa questão os depoentes assim se manifestaram:

Quadro 02: Significado de ameaça comunista

<b>Entrevistado</b>	<b>Respostas</b>
Entrevistado 01	A aprovação do casamento gay
Entrevistado 02	A libertinagem sexual
Entrevistado 03	A liberação das drogas

Entrevistado 04	A liberação das drogas
Entrevistado 05	A aprovação do aborto
Entrevistado 06	A libertinagem sexual
Entrevistado 07	O fechamento das igrejas
Entrevistado 08	O fechamento das igrejas
Entrevistado 09	A aprovação do casamento gay
Entrevistado 10	A libertinagem sexual

Fonte: o próprio autor

Até o presente momento, nenhuma das preocupações com a ameaça comunista se concretizou e também não há indícios de que nenhum dos pontos apresentados pelos entrevistados seja efetivado e já estamos no terceiro mandato de Lula (sem esquecer que já tivemos o primeiro governo de Dilma e o segundo que foi interrompido antes da metade pelo *impeachment*).

Silva (2019), em sua tese de doutorado, investigou a relação entre o pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil. Em sua pesquisa, percebeu que as igrejas de orientação pentecostal exercem forte influência sobre os mais pobres por voto em determinados comportamentos morais, cuja preocupação com políticas sociais é minimizada.

Observando as respostas dos entrevistados, percebo que a preocupação com a ameaça comunista é concernente não a ela em si, mas a determinados comportamentos morais que se imagina estariam presentes numa representação alucinógena do que seria uma sociedade comunista. Nesse sentido, concordo com Chagas (2017) quando assinala que a religião pode estar a serviço da ilusão ou mesmo significar um ópio espiritual do povo oprimido e sofrido.

Por outro lado, devo mencionar que “O modo de produção da vida material condiciona em geral o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (Marx, 2008). Assim, por considerar que é na totalidade de suas relações sociais que o homem forma a sua consciência social é que compreendo a contraditória preocupação com a ameaça comunista, pautada, sobretudo, em certos aspectos morais e que coincide com a defesa dos parlamentares eleitos com votos majoritariamente de indivíduos que congregam em igrejas pentecostais e neopentecostais.

Machado (2014) observa que os parlamentares de orientação pentecostal, por possuírem significativa capacidade de mobilização entre os fiéis, vem ocupando cada vez mais espaço no cenário político, chegando a ocupar aproximadamente 12% das cadeiras da Câmara Federal e compondo a Frente Parlamentar Evangélica (Machado, 2012).

Prandi; Santos (2017), ao investigarem as posições assumidas no Congresso Nacional pela Frente Parlamentar Evangélica, percebem que “[...] a religião influencia pouco a opinião de eleitores e congressistas nos temas de natureza econômica e estrutural e marca mais a opinião em temas do comportamento e moralidade” (p. 187). Assim, “[...] a bancada evangélica se move ora na direção de seus eleitores, ora na do conjunto dos congressistas, distinguindo-se como grupo, sobretudo por sua preocupação com a moral sexual” (Prandi; Santos, 2017, p. 187).

Isto é, os indicadores sociais brasileiros do quadriênio 2018-22 apontavam para um aumento do desemprego, recessão, carestia, fome, crise humanitária e sanitária por conta da Covid-19, mas os manifestantes estavam assumindo posições antidemocráticas pedindo intervenção militar por temer uma suposta ameaça comunista e preocupados com questões morais e sexuais. Posições políticas semelhante às pautas reacionárias defendidas pelos parlamentares da frente evangélica, mas

Não só reacionário, portanto, mas também moralista, posto que a união desses congressistas ocorre predominantemente em torno de pautas morais, e não em torno da elaboração de políticas públicas de cunho mais estrutural (Prandi; Santos, 2017, p. 210).

Nesse bojo, há elementos pra pensarmos que a constituição do imaginário pentecostal e neopentecostal se fundamenta em uma interpretação fundamentalista da bíblia com um forte sentido escatológico e que se distancia da dura realidade objetiva que vivenciamos. Essa interpretação está consubstanciada quando dois depoentes afirmam que: “lutar contra o comunismo é lutar contra o demônio, a volta da besta, o fim dos tempos” (Entrevistado 05, entrevista pessoal, 2022) e “Nossa missão é derrotar a besta do comunismo” (Entrevistado 08, entrevista pessoal, 2022).

Posições anticomunistas sempre estiveram presentes no cenário político brasileiro, inclusive consubstanciadas em uma das pautas que engendraram o golpe militar de 1964. Sem esquecer que Getúlio Vargas e os integralistas, em 1937, acusaram os comunistas de tentar derrubar o governo por meio do Plano Cohen e que justificou a implantação da ditadura Vargasista (Estado Novo) para combater a ameaça comunista. E, atualmente, novamente a suposta ameaça comunista é um dos pretextos usados pelos manifestantes para a tentativa de derrubada do Estado Democrático de Direitos e a instalação de um novo regime militar.

Percebo, portanto, a presença de fundamentos confusos, contraditórios e incoerentes nos argumentos dos participantes das manifestações antidemocráticas, onde parecem estarem habitando uma realidade social que não corresponde aos fatos concretamente vivenciados e se apegando em aspectos certos aspectos morais distantes da realidade concreta que vivenciam.

### **b) Ideologia de gênero**

Outra motivação destacada pelos manifestantes para participarem dos atos antidemocráticos diz respeito a questão da ideologia de gênero. Para Junqueira (2017, p. 48), o termo refere-se aos

[...] processos de naturalização das relações de gênero, a subordinação das mulheres, a assimetria de poder e de acesso aos recursos por parte das mulheres em relação aos homens. De acordo com tal entendimento, são manifestações de ideologias de gênero o machismo, o sexismo, a misoginia, a homofobia.

Nas sendas da definição de Junqueira (2017), verifico que os pentecostais e neopentecostais entrevistados expressam que não admitem a ideia de que **os gêneros**

**são construções sociais. Desse modo, refutam qualquer argumento de que** a percepção de uma pessoa sobre seu gênero não é uma escolha e se posicionam contrários a percepção que entende que a orientação sexual dos indivíduos é socialmente construída, bem como sua **identidade, que é** como ele se reconhece e que não depende de sua natureza biológica. Assim, cumpre esclarecer que:

A noção de "ideologia de gênero" tem sido absorvida pelo senso comum e largamente utilizada nas polêmicas morais em torno de pautas políticas relacionadas a gênero e sexualidade. É uma construção retórica utilizada para atacar os direitos sexuais e a produção sobre gênero e sexualidade no âmbito acadêmico. A presunção de que o mundo assiste à propagação de uma "ideologia de gênero" foi originalmente acionada por autoridades eclesiais católicas para promover um clima de pânico moral em torno a uma iminente ruína moral da civilização humana, tendo sido, em seguida, apropriada por fundamentalistas religiosos/as neopentecostais. (Lionco, 2018, p. 601).

Desse modo, entre os entrevistados prevalece a crença contrária à concepção de identidade de gênero, que exprime a maneira como um indivíduo se reconhece e percebe sua própria identidade. A seguir, apresento, resumidamente, a percepção dos entrevistados sobre a referida questão:

Quadro 03: O que seria a ideologia de gênero?

Entrevistado	Respostas
Entrevistado 01	Depravação moral
Entrevistado 02	Sem vergonhice
Entrevistado 03	Prostituição
Entrevistado 04	Depravação moral
Entrevistado 05	Prostituição
Entrevistado 06	Sem vergonhice
Entrevistado 07	Depravação moral
Entrevistado 08	Destruição da família
Entrevistado 09	Contra Deus e a natureza humana
Entrevistado 10	Coisa do diabo

Fonte: o próprio autor.

Considero, a partir dos fragmentos destacados no Quadro 03, que a noção de "ideologia de gênero", expressa pelos manifestantes entrevistados, exprime uma compreensão presidida pelo senso comum, o que torna perceptível que a retórica utilizada serve muito mais para atacar os direitos sexuais de pessoas que não se enquadram nos padrões binários heteronormativos hegemônicos em nossa sociedade. As respostas expostas indicam um verdadeiro estado de pânico moral em torno do assunto, impulsionadas pela preocupação de um suposto processo de ruína ética da civilização.

Nas igrejas de orientação neopentecostal ocorre sistematicamente a difusão de uma suposta ideologia de gênero, sobretudo a partir da disseminação da obra *La*

*ideologia del género* (Scala, 2010) que serviu de fundamento para estabelecer um verdadeiro pânico moral no seio neopentecostal (e não apenas entre eles). Mas fica a questão levantada por Miskolci; Campana (2017, p. 743): “Quem se beneficia com a disseminação desse fantasma sobre supostas consequências negativas que adviriam da igualdade de gênero e da plena cidadania de homossexuais?”

Nota-se, assim, que as igrejas de orientação pentecostais e neopentecostais elaboraram uma visão de mundo alicerçada em fundamentos que implicam na rejeição, exclusão e discriminação de posições políticas alinhadas aos movimentos feministas, **LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual)** e de defesa dos direitos humanos, pois segundo Trevisan (2015) desde os anos de 1980, período marcante de inserção pentecostal na política, o movimento **LGBTQIA+** é visto como possível limitador da liberdade de expressão desse segmento religioso.

De acordo com Lionco (2018) é perceptível uma fragilidade presente nos argumentos que procuram justificar a existência de uma suposta ideologia de gênero, uma vez que apresentam uma depauperada contextualização e desconexas evidências empíricas. Por outro lado, os estudos que versam sobre gênero, que são elaborados com base em indicadores quantitativos e qualitativos, procuram entender essa temática considerando a desigualdade, a discriminação e violência que decorrem das construções de gênero (Lionco, 2018). Por outro lado, “[...] detratadoras/es da "ideologia de gênero" desenvolvem seus argumentos em base a visões de mundo que prescindem de evidência e facticidade” (Lionco, 2018, p. 617). Observando o teor dos fragmentos se percebe a fragilidade argumentativa dos entrevistados:

Eles estão tentando destruir a tradicional família brasileira. Como? Esse tal de comunismo por onde passou espalhou isso aí (Entrevistado 02, 2022).

Mulher com mulher não dá. Não é de Deus. É pecado. Homem com homem também (Entrevistado 09, 2022).

Deus não permite um negócio desses. É contra a lei de Deus. É o fim dos tempos (Entrevistado 10, 2022).

Desse modo, surgem os empreendedores morais (Miskolci; Campana, 2017) encarregadas em propagar pânicos morais e assim tentar garantir o controle social (Miskolci, 2007), pelo menos no que tange ao rebanho que está sob suas tutelas religiosas. Nessa senda, as respostas fornecidas pelos entrevistados estão intrínsecas às pautas apresentadas no legislativo nacional por parlamentares eleitos majoritariamente por fiéis neopentecostais e que enfatizam o tema da sexualidade, mas combatendo, de forma rigorosa, as tentativas de ampliação dos direitos sexuais (Machado, 2018) – pauta que ganhou mais destaque entre esse setor especialmente com a apresentação da proposta de Lei que criminaliza a homofobia.

Embora, de acordo com Souza Junior (2019), o termo ideologia de gênero seja uma invenção católica - “[...] que emergiu a partir do conjunto doutrinário do Conselho Pontifício para a Família e da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da

década de 1990 e no início dos 2000” (Souza Júnior, 2019, p. 57) – ele foi devidamente incorporado pelas orientações religiosas de cunho conservadoras e “Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyła”. (Souza Júnior, 2019, p. 57). Nesse bojo, a ideologia de gênero encontra, tal como exposto por Scala (2010), a devida correspondência nos argumentos dos manifestantes entrevistados como sendo “coisa do diabo”, uma “depravação moral” que irá “destruir a família” por está associado à “prostituição” e à “sem vergonhice”.

Miskolci (2018), procurando construir uma breve genealogia da cruzada contra a “ideologia de gênero”, verifica que esse movimento, originado no início dos anos 2000, procura combater algo que se tornou um verdadeiro fantasma em círculos cristãos de orientação mais conservadora.

Ainda segundo Miskolci (2018), o fantasma da “ideologia de gênero” contribui para o fortalecimento de adesões a grupos políticos que defendem pautas que representam retrocessos em matérias de cidadania, o que implica também na censura ao termo gênero nos planos de educação, na reforma trabalhista e nas leis que visam flexibilizar as normas contra o trabalho escravo, etc.

Em resumo, novamente está compreensível que os argumentos e fundamentos utilizados para justificar os atos antidemocráticos indicam perceptivelmente diversas contradições e incoerências, apontando a existência de uma estranha realidade, em evidente contraste com os fatos vivenciados pelos envolvidos no referido acontecimento político. Parecem que pertencem a um mundo paralelo criado a imagem e semelhança do conservadorismo religioso que vem ganhando força na internet e uso das redes sociais, especialmente quando propagam desinformação e negacionismos de diferentes matizes.

## **Conclusão**

A pesquisa procurou analisar o conteúdo e o fundamento dos argumentos das manifestantes pós-período eleitoral de 2022, focando a investigação nos indivíduos que professam a orientação religiosa com base em preceitos pentecostais e neopentecostais. As investigações decorrentes dos atos terroristas ocorridos em 08 de janeiro de 2023 estão em processo e por isso é difícil e delicado imaginar seus desdobramentos.

A pesquisa empírica realizada para a efetivação desse artigo, razão de recorte amostral apresentado, tem suas limitações em função da abrangência quantitativa estabelecida na seleção dos entrevistados, mas que oferecem uma percepção qualitativa daquilo que foi proposto. Ainda assim, servirá de base para futuras investigações correlatas ao campo da religião e política em tempos de avanços de posições fundamentalistas embasadas em premissas pentecostais e neopentecostais que, em grande medida, estão associadas, no que tange às questões políticas-eleitorais, ao crescimento e fortalecimento de posições obscurantistas, antidemocráticas, racistas, machistas, patriarcais, fobias relacionadas às orientações sexuais diversas e aos demais instrumentos sociais que reforçam o sistema de opressão e exploração em que nos socializamos.

Os acontecimentos de 08 de janeiro de 2023 em Brasília deveriam ensejar e fortalecer a necessidade organizarmos politicamente a defesa da democracia (mesmo com todos os problemas e limitações que ela apresenta numa sociedade burguesa), do estado laico e também de um ensino religioso sem nenhum tipo de proselitismo.

A experiência do fascismo na Itália e o nazismo alemão já deveriam ter ensinado à sociedade o perigo que representam. Nesse sentido, a gestão de Jair Messias Bolsonaro, guardada as devidas proporções, se aproxima e se assemelha, em grande medida, aos fundamentos e princípios dos regimes autoritários instalados na Europa no pós-primeira guerra mundial. Todavia, não passou de uma farsa neofascista tropical e que foi derrotada eleitoralmente em 2022, mas que ainda permanece pujante no cenário político nacional, sobretudo por conta de uma ampla massa de indivíduos estarem propensos a serem herdeiros de determinadas posições fundamentalistas, negacionistas, anticientificistas e autoritárias. Essa questão é perceptível ao verificarmos a quantidade de políticos eleitos em todos os níveis e unidades federativas endossando posturas e discursos semelhantes ao do outrora presidente da república.

O material coletado me permitiria escolher outras categorias analíticas, porém o espaço permitido para um artigo acabou inviabilizando isso nesse momento. No entanto, elas também confirmariam a existência de posições contraditórias, incoerentes e confusas no que concerne às motivações que incentivaram a presenças de indivíduos nos atos antidemocráticos e onde verifiquei a presença de uma imaginação delirante que os alienava da realidade social concreta.

É preciso, assim, investir em investigações futuras para que se compreenda, para além de conotações simplistas, o *ethos* formativo das posições fundamentalistas e sua relação com o crescimento de práxis políticas que coadunam e se substanciam com a reprodução de ações autoritárias, opressoras e excludentes.

## **Referências**

ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.

ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, v. 26, n. 58, p. 419–436, set. 2020.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BARROS, Thaís; TORRES, Ana; PEREIRA, Cícero. Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *Psico-USF* [online]. 2009, v. 14, n. 1, p. 47-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>>.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987. 248 p.

CHAGAS, Eduardo. A crítica da religião como crítica da realidade social no pensamento de Karl Marx. *Trans/Form/Ação*, v. 40, n. Trans/Form/Ação, 2017 40(4), p. 133–154, out. 2017

CUNHA, Magali. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica, 2020.

FERREIRA, Matheus; FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Rev Bras Ciênc Polít* [Internet]. 2021;(Rev. Bras. Ciênc. Polít., 2021 (34).

FRESTON, Paul. *Protestantes e Política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de doutorado, Unicamp, 1993.

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Tempo Brasileiro, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz (org.). *Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações*. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 47-61.

LACERDA Marina. Contra o comunismo demoníaco: o apoio evangélico ao regime militar brasileiro e seu paralelo com o endosso da direita cristã ao governo Bolsonaro. *Relig soc* [Internet]. 2022, Jan;42(Relig. soc., 2022 42(1)).

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: J. L. P. Guadalupe; B. Carranza. (ed.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro, 2020.

LIONCO, Tatiana et al . Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso)

MACHADO, Maria; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos. *Dados*, 57 (Dados, 2014 57(3)). 2014.

MACHADO, Maria. Religião, Cultura e Política. *Religião e Sociedade*, vol. 32, nº 2, pp. 29-56, 2012.

MARX, Karl. Prefácio. In: MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 47-52.

MISKOLCI Richard; CAMPANA, Maximiliano. Ideologia de gênero: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Soc estado* [Internet]. 2017, Sep;32(Soc. estado., 2017 32(3).

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, 2018 (53).

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007.

MORITZ, Maria; RITA, Mayara. Mídia Impressa e Gênero na construção do impeachment de Dilma Rousseff. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* [online]. 2020, v. 43, n. 2, p. 203-223. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-58442020211>>.

NOVAES, Regina. A divina política: notas sobre as relações delicadas entre religião e política. *Revista da USP*, 49: 60-81, 2001.

OLIVEIRA, David. Igrejas pentecostais e sua atuação política recente no Brasil. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 37, p. 09-23, 2020.

OLIVEIRA, Sidinei; PICCININI, Carolina. Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cadernos EBAPE.BR* [online]. 2009, v. 7, n. 1, p. 88-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100007>>.

PEIXOTO, Elza. Marx, Engels e a crítica da religião – Inventário e notas para um debate necessário. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, p.95-129, mai. 2018.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan. Quem tem medo da bancada evangélica? Posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e na Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo soc* [Internet]. 2017. May;29(Tempo soc., 2017 29(2)).

RODRIGUES, Guilherme; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. *Rev bras Ci Soc.* 2015Feb;30(Rev. bras. Ci. Soc., 2015 30(87)).

SCALA, Jorge. *La ideología del género: O el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos, 2010.

SILVA, Victor. *A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil*. Tese de doutorado. Mimeo.

TREVISAN, Janine. *A atuação política pentecostal em confronto com o movimento LGBT no Brasil redemocratizado* (2015). Tese de doutorado. Mimeo.